



Relatório de Actividades 2023

Introdução

Concluimos 2023 ainda melhor apetrechados do que estávamos um ano antes para enfrentar os grandes desafios que escolhemos para o futuro próximo.

Em nome deste desígnio estrutural, não prescindimos de nenhum objectivo ou meta essenciais, não minimizamos ou escamoteamos nenhum dos problemas que nos afectam, não adiamos nem contornamos artificialmente qualquer um dos constrangimentos ou escolhos, identificados e caracterizados, que estorvam ou prejudicam a nossa marcha.

Ao invés, reafirmamos os princípios matriciais que nos orientam, aprofundamos as metodologias e as estratégias que nos têm conduzido ao êxito, mantivemo-nos ambiciosos e inovadores, construimos um presente que nos garante o futuro.

Como organização viva que somos, geramos problemas em cada um dos passos que damos; mas, pela mesma razão, não nos deixamos abater pela sua existência, antes nos empenhamos na sua superação e aprendemos com a sua resolução, tornando-nos mais fortes e mais capazes.

Encerramos 2023 financeiramente equilibrados, dinâmicos e motivados, disponíveis e preparados para atingir as metas que traçamos para 2024 e para vencer a totalidade dos principais desafios que este período nos pode reservar.

Valências e Projectos

Durante o ano de 2023 registou-se apenas a criação da empresa, “Orquídea da Arrábida” e a celebração de um protocolo de colaboração com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Setúbal, consubstanciado na cedência de três técnicos para a prossecução dos seus objectivos específicos.

Contudo, há vários aspectos que devem ser considerados nesta área:

- Foi aprovada a nossa candidatura à nona geração do Programa Escolhas, mantendo o Sem(In)Diferenças a funcionar no território da Bela Vista;

- Foi protocolado o funcionamento do Centro de Apoio à Vida Independente enquanto resposta social financiada pela Segurança Social, mantendo, no essencial, os seus objectivos, as suas metodologias e os seus recursos humanos;

- Foi renovado o protocolo para a continuação do “Incorpora”, mantendo a instituição a capacidade de intervir na empregabilidade de públicos vulneráveis;

- Mediante a celebração de um protocolo com a empresa “Runas”, pudemos explorar o funcionamento de um quiosque de venda de gelados na Fonte Nova, durante o período de Verão;

- Desenvolvemos um projecto de colaboração com a Câmara Municipal de Setúbal, através do qual contribuímos para a limpeza das praias no Verão, envolvendo cerca de 10 utentes de CACI’s em actividades socialmente úteis;

- Apresentamos três candidaturas ao INR, sendo apenas uma de continuidade (Expressarte), assumindo as outras duas um vincado carácter de inovação social e artística;

- Elaboramos e apresentamos candidaturas ao alargamento dos serviços das Equipas de Intervenção Precoce de Setúbal e Palmela, propondo-nos intervir com mais crianças.

- Concluímos com assinalável êxito o projecto “Culturalmente Falando”, candidatando, para lhe dar continuidade, outro projecto designado “Crianças Carpa” .

Todo este trabalho de consolidação, renovação e inovação foi desenvolvido num quadro de intenso e profícuo trabalho de todas as demais valências da instituição, que mantiveram e reforçaram as suas principais actividades e dinâmicas num diálogo permanente com as famílias e com a comunidade e algumas delas foram capazes de mobilizar parcerias importantes para a beneficiação e requalificação dos seus espaços.

Equipa Técnica de Apoio à Direcção

A necessidade de criação de estruturas intermédias para a mediação da relação entre a direcção da instituição e as coordenações, municiando-a com informações fiáveis e propostas consistentes, recepcionando, tratando e resolvendo as questões do quotidiano, sempre na obediência a princípios e orientações gerais e transversais definidas por este órgão de gestão, constituía uma necessidade exaustivamente reflectida e maduramente consensualizada. A precipitação da criação deste órgão, que circunstâncias específicas motivaram, surgiu, neste enquadramento, com inteira naturalidade e o seu carácter de transitoriedade, acrescido de um caderno de encargos preciso, desde logo determinados, reforçou a sua dependência estrutural e a centralidade de uma monitorização permanente da sua intervenção.

Como sempre foi previsto e assumido, o funcionamento da Equipa Técnica de Apoio à Direcção (ETAD) tenderia a gerar, pela sua proximidade e propósitos de normalização e acompanhamento sistémico, incompreensões e tensões numa organização acomodada em margens de autonomia muito elásticas e imprecisas e apenas a uma casuística e irregular avaliação de resultados.

A inexistência de direcções técnica e administrativa, a segunda mais recente do que a primeira, por razões histórica e circunstancialmente fundamentadas, havia favorecido o alastramento de uma ampla zona deserta de orientações claras, necessariamente transversais

e, em alguns casos, tendencialmente uniformizadoras, e de uma avaliação permanente, qualificada e consequente, capaz de prevenir e corrigir o fortalecimento de vícios, a consolidação de acomodações programáticas e disrupções operacionais.

Algumas valências já se encontravam reféns de interesses particulares de alguns funcionários, à deriva em matéria de procedimentos matriciais, conformados com a gestão do dia-a-dia sem perspectivas de futuro, sem consciência do seu lugar no quadro institucional.

Estes fenómenos assumiam mesmo aspectos de gravidade extrema nas valências dotadas de coordenações vulneráveis e quadros de pessoal muito complexos. A falta de liderança, de objectivos e directivas, estava a centrifugar algumas valências para as margens do funcionamento institucional e a criar corpos estranhos e até conflituantes com as suas dinâmicas, enunciados e propósitos gerais.

A ETAD cumpriu, na segunda metade do período em apreço, os objectivos essenciais que presidiram à sua criação, mas suscitou, também, incompreensões e resistências, conforme era igualmente previsível. O aprofundamento dos aspectos positivos associados à sua intervenção e a atenuação dos elementos discrepantes exigem da parte da direcção da instituição um posicionamento atento e criterioso, mas rigoroso e leal.

Outra atitude que não esta tenderá a fragilizar o seu papel, a descaracterizar o seu funcionamento, a desperdiçar uma oportunidade única de fazer ascender a instituição a patamares superiores de organização e eficiência.

Sector dos transportes

O sector dos transportes, pelo comportamento dos factores que o influenciam, teve uma evolução desfavorável nos últimos anos, tendência agravada na primeira metade do ano com a crescente personalização das respostas oferecidas e a assunção por inteiro de responsabilidades comuns, que devem ser negociadas e partilhadas.

Embora as famílias dos utentes dos CACI's estejam, de há alguns anos a esta parte, a suportar um custo com o serviço de transportes, ele corresponde a uma ínfima parte dos custos reais e a criação da ilusão de tudo poder ser exigido em sua troca tem de ser combatida, com esclarecimento objectivo e pedagógico.

Pior e mais flagrante é ainda a situação dos alunos do Centro Sócio Educativo. O Ministério da Educação, ao tomar por referência, na sua comparticipação, os passes sociais dos transportes públicos, que nenhum deles está em condições de utilizar, reduziu o pagamento deste serviço, que a instituição assegura integralmente, a montantes ridículos.

A adopção de um novo paradigma, assente na racionalização e na co-responsabilização, não resolveu nem resolverá, por si só, o conjunto complexo e intrincado de problemas, mas permitiu, para já, sustentar as suas repercussões negativas.

A inversão das tendências consolidadas e agravadas foi estruturada e respaldada na criação e funcionamento da Comissão de Transportes, que foi capaz de questionar interesses e

vícios instalados e iniciar um processo de correcção de um modelo que, a manter-se, poderia fazer perigar o equilíbrio financeiro da instituição. Resolver os problemas com mais investimento, sem critério e sem medida, como se houvesse um saco sem fundo para o sustentar, estava a sobredimensionar um dos pilares da estrutura operacional, em prejuízo dos demais e pondo em causa a sua sustentabilidade.

A aquisição de duas carrinhas novas, num investimento superior a cento e cinquenta mil euros, e a recepção de outras duas, uma oferecida pelo Montepio e outra adquirida no âmbito de uma candidatura ao PRR, dotou o sector de uma infra-estrutura reforçada e gerou condições para a existência de alternativas às avarias ocorridas com regularidade. Contudo, não podem estas carrinhas, só porque estão disponíveis, ser requisitadas e usadas sem critério nem limites, como se a sua utilização frequente ou regular não comportasse despesas e riscos.

A integração de todos os implicados neste sector (Comissão de Transportes, coordenadora do sector, coordenações das valências implicadas, motoristas, auxiliares e famílias) na sua gestão, sem sobreposição de uns sobre os outros e muito menos sem a mobilização de uns contra os outros, constitui uma matriz válida, com provas dadas, para o acolhimento de todos os contributos e a procura de soluções equilibradas e consensualizadas.

Recursos humanos

Os recursos humanos constituem o principal activo da instituição, no qual é investida uma parte substancial da sua estrutura de custos e do qual depende, em primeira instância e em larga medida, para a prossecução dos seus objectivos primordiais.

Ao longo de todo o ano de 2023 foram-se acumulando alguns factores contraditórios na sua gestão, responsáveis por um crescente mal-estar e um conflito latente com a direcção da associação.

Ao natural e justificado descontentamento com uma tabela salarial desvalorizadora da importância do seu papel, agravada pela acentuação dos desequilíbrios entre as várias funções, fruto do esmagamento das diferenças que as organizavam, somou-se a incompreensão legítima pela posição assumida pela direcção na aplicação da portaria de extensão na determinação dos aumentos salariais.

Sem dúvidas quanto à legalidade desta opção, assumida numa altura em que as suas consequências quase se reduziam ao desfasamento temporal, a alteração deste elemento fundamental requer uma nova e mais aprofundada análise, que deve ser levada a cabo com a serenidade indispensável à definição de uma posição sustentada e criteriosa e integradora dos contributos dos naturais representantes dos trabalhadores.

Fora esta vertente, polarizadora de descontentamento, em diversas outras matérias, que aos trabalhadores dizem respeito, o ciclo em apreço fica marcado por medidas muito positivas, claramente indiciadoras da atenção que lhes é dedicada. Fruto dos investimentos feitos, perfazendo, directa ou indirectamente, muitas centenas de milhares de euros, uma percentagem considerável de trabalhadores viram as suas condições de trabalho amplamente

beneficiadas, com destaque para o sector administrativo, para o sector dos transportes e para os trabalhadores do Centro Virgílio Lima, aos quais acresce, já no decurso de 2024, mas enquanto resultado das opções delineadas ou concretizadas em 2023, o sector da jardinagem (Flores da Arrábida e Orquídea da Arrábida).

A formação profissional foi outro domínio largamente beneficiado, com a totalidade dos trabalhadores da APPACDM de Setúbal a poderem usufruir de oportunidades que nunca lhes haviam sido concedidas em equivalente dimensão em qualquer outra fase subsequente.

Equipamentos e instalações

Os principais equipamentos e instalações da APPACDM de Setúbal apresentam sinais preocupantes de degradação estrutural, mercê, na maioria dos casos, da sua antiguidade e dos problemas de origem. De outra dimensão, embora de grande importância no quotidiano, muitas das instalações desenvolvem, com uma preocupante regularidade, um desgaste inusitado das suas condições e equipamentos, só parcialmente justificado pela sua utilização intensiva e pelo perfil dos nossos utentes.

Este diagnóstico não é novo e tem merecido, da parte da direcção, alguma atenção, mormente na criação do serviço de reparações e manutenção, que permitiu tornar mais céleres e eficientes as pequenas intervenções de manutenção, mas não responde ainda, pelo menos em tempo oportuno, a necessidades de dimensão mais complexa, nomeadamente na correcção das deficiências nas estruturas de impermeabilização e isolamento do edificado.

Com uma grande obra em curso, difícil se afigura, nos próximos anos, a alteração significativa deste quadro, porquanto ela concentrará e absorverá a quase totalidade dos recursos financeiros disponíveis para este sector. Só um programa de apoio a obras de beneficiação nos equipamentos sociais, sem ligação directa à criação de novos lugares nas respostas sociais que acolhem, permitiria alterar profundamente esta realidade.

Sem indícios de que tal possa vir a ocorrer brevemente, resta à instituição reforçar o sector de reparações e manutenções, com mais funcionários e vertentes operacionais, com uma melhor e mais rigorosa gestão das suas potencialidades, com a hierarquização criteriosa das suas prioridades.

A realização de uma análise fina e sistemática das condições financeiras da instituição, muito dinâmicas e voláteis, deve ser feita no sentido da aferição das capacidades para intervenções de maior vulto, no mais curto espaço de tempo possível, como aconteceu, em Setembro e Outubro com a cozinha do Centro Virgílio Lima, totalmente renovada e reestruturada para servir refeições de qualidade aos utentes dos CACI's e do CSE.

Simultaneamente, as valências devem ser chamadas a fazer um esforço maior na prevenção dos danos causados nos equipamentos e no controle da utilização dos meios básicos de funcionamento, nomeadamente água e electricidade. É possível identificar os factores que mais influencia têm nestes domínios e devem ser mobilizados mecanismos e recursos para o seu controle.

Conclusão

Não se adivinham fáceis e lineares os caminhos que nos aguardam, como, aliás, nunca o foram em toda a história da instituição. A certeza do rumo, a liderança, as estratégias traçadas e a nossa experiência, a competência e o rigor empregues nos exercícios anteriores, mormente no que, agora, avaliamos, deixam-nos, contudo, prudentemente confiantes na capacidade de enfrentar com êxito os extraordinários desafios que nos aguardam.

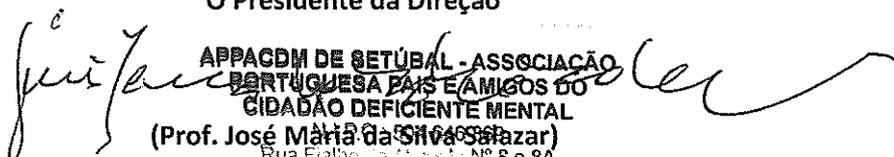
Em vários momentos de 2023 duvidamos e hesitamos nas nossas decisões, questionamos as nossas opções, apoquentaram-nos os novos problemas e os constrangimentos crónicos e estruturais perfilados num percurso que parecia, à partida, isento de riscos tão elevados.

Concluímos este ciclo com resultados positivos, não apenas nas contas, mas, sobretudo, na nossa renovada capacidade de consolidar patamares de crescimento e desenvolvimento, de investir, de inovar, de gerar e operacionalizar respostas criativas. Continuamos a não confinar a nossa acção a uma gestão diária de rotinas consabidas, não esgotamos a nossa energia nos desafios do presente, não nos deixamos atormentar pelas incertezas inerentes a todos os processos evolutivos.

Trabalhar na APPACDM de Setúbal continua a ser gratificante e estimulante e, se assim não fosse, não conseguiríamos reter os excelentes quadros de que dispomos, reconhecidos em termos nacionais e referências em áreas tão diversas como a educação, as respostas residenciais, as actividades ocupacionais ou o apoio à vida independente.

Setúbal, 23 de Março de 2024

O Presidente da Direção


APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO
CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
(Prof. José Maria da Silva Sáizar)

Rua Fialho de Almeida, nº 8 e 8A

APPACDM de Setúbal – Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
direcao@appacdmsetubal.pt | www.appacdmsetubal.pt | +351 265 013 277
Rua Fialho de Almeida, nº8 e 8A, 2910-493 Setúbal NIF: 504 646 869

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente

Data de referência: Contas anuais 2023

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-dez-23	31-dez-22
ATIVO			
Ativo Não Corrente			
Activos Fixos Tangíveis	5	3.786.132,83	3.148.132,91
Activos Intangíveis	6	141.025,00	144.340,42
Investimentos Financeiros	7	45.451,24	44.232,18
		3.972.609,07	3.336.705,51
Ativo Corrente			
Inventários	8	10.450,57	10.664,35
Clientes	9	93.930,81	34.094,86
Estado e Outros Entes Públicos	11	7.489,97	2.787,37
Outros Ativos Correntes	10	515.279,06	305.631,24
Diferimentos	15	27.571,75	23.425,36
Caixa e Depósitos Bancários	4	2.880.425,87	3.485.738,38
		3.535.148,03	3.862.341,56
TOTAL DO ACTIVO		7.507.757,10	7.199.047,07
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	12	1.500.000,00	1.500.000,00
Reservas	12	302.016,59	302.016,59
Resultados Transitados	12	3.207.932,12	2.889.585,21
Ajustamentos/Outras Variações Fundos Patrimoniais	12	1.087.504,16	1.134.583,62
		6.097.452,87	5.826.185,42
Resultado Líquido do Período		390.407,94	318.346,91
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS		6.487.860,81	6.144.532,33
Passivo Corrente			
Fornecedores	13	68.168,08	50.038,21
Estado e Outros Entes Públicos	11	10.460,87	91.412,93
Outros Passivos Correntes	14	832.138,46	910.863,31
Diferimentos	15	109.128,88	2.200,29
		1.019.896,29	1.054.514,74
TOTAL DO PASSIVO		1.019.896,29	1.054.514,74
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO		7.507.757,10	7.199.047,07

O Contabilista Certificado

A Direção

Alexandre Campos

APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO
CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
N.I.P.C. 504 616 899
Rua Filipo de Almeida N.º 8 e 8A
2910-493 SETÚBAL
Tel: 265 013 222 - Telex: 910 782 543

Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2023

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

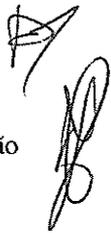
A APPACDM - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, é uma pessoa coletiva de direito privado, constituída sob a forma de associação sem fins lucrativos, com o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede na Avenida S. Francisco Xavier, Lote 8 – C/V- Setúbal, com o número de identificação de pessoa coletiva 504 646 869. Foi constituída a 9 de maio de 2000 e tem como objeto principal o apoio social a pessoas com deficiência.

O presente anexo apresenta os procedimentos contabilísticos mais significativos na preparação das Demonstrações Financeiras da APPACDM e tem como objetivo melhorar a compreensão das contas.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da APPACDM foram preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) emitida e em vigor à data de 1 de janeiro de 2011, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho e alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.

O SNC-ESNL é regulado pelos seguintes diplomas:

- 
- Aviso n.º 8259/2015 de 29/07 – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL);
 - Portaria n.º 218/2015 de 23/07 - Código de Contas e respetivas notas de enquadramento (CC-ESNL);
 - Portaria n.º 220/2015, de 24/07 – Modelos de demonstrações financeiras aplicáveis às Entidades do Setor Não Lucrativo.

As demonstrações financeiras, que incluem o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, aprovadas pela Direção da APPACDM em 22/03/2024, estão expressas em euros e foram preparadas de acordo com os pressupostos da continuidade e do regime do acréscimo. De acordo com estes pressupostos os itens são reconhecidos como ativos, passivos, fundos patrimoniais, rendimentos e gastos quando satisfaçam as definições e critérios de reconhecimento contidos na estrutura conceptual para esses elementos, em conformidade com as características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na preparação das demonstrações financeiras apresentam-se como se segue:

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras que se apresentam foram preparadas de acordo com a NCRF-ESNL, aplicáveis ao período findo em 31 de dezembro de 2023, seguindo, regra geral, como base de mensuração, o custo histórico.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com a NCRF-ESNL requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela APPACDM, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Direção da APPACDM e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas.

3.2 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade e referem-se a equipamentos utilizados pela APPACDM, no âmbito da sua atividade.

O custo de aquisição compreende o seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos e abatimentos, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias, para o mesmo ser capaz de funcionar na forma pretendida, e a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do bem e de restauração do local no qual se encontra localizado.

Os custos subsequentes são reconhecidos como ativos fixos tangíveis apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a APPACDM.

Os custos de reparação e manutenção são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos de acordo com o regime do acréscimo.

Os ativos fixos tangíveis atribuídos a título gratuito, na data de atribuição, são mensurados da seguinte forma e pela ordem apresentada:

- Justo valor;
- Valor pelo qual se encontram segurados;
- Valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador;

Os bens doados à APPACDM são sujeitos a avaliação, sendo assim registados ao seu justo valor, por contrapartida de fundos patrimoniais e subsequentemente imputados a rendimentos de acordo com o descrito na nota 3.2.8.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas segundo o método da linha reta (método das quotas constantes), após dedução do valor residual, de acordo os seguintes períodos de vida útil estimados:

Classe de investimento	Vida útil (Número de anos)
Edifícios e outras construções	De 5 a 50 anos
Equipamento básico	De 3 a 12,5 anos
Equipamento de transporte	De 4 a 25 anos
Equipamento administrativo	De 2 a 8 anos
Equipamentos biológicos	De 3 a 10 anos
Outros ativos fixos tangíveis	De acordo com a utilização

As vidas úteis e valor residual são revistas anualmente. O efeito das alterações a estas estimativas é reconhecido na Demonstração de Resultados prospectivamente.

A APPACDM procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

3.2.2 Ativos Intangíveis

A APPACDM reconhece um ativo intangível sempre que o mesmo for identificável, exerça o controlo sobre o mesmo, seja provável que fluam benefícios económicos futuros para a Associação e o seu custo possa ser fiavelmente mensurado.

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das respetivas amortizações acumuladas e das perdas por imparidade e são amortizados segundo o método das quotas constantes.

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente os direitos de superfície, os quais se encontram a ser amortizados de acordo com o período dos direitos de superfície (50 anos). Os direitos de superfície estão mensurados de acordo com o valor atribuído, aquando da cedência (Doação), na escritura pública de constituição desses direitos.

No que respeita a restrições de uso, a estes direitos de superfície não poderá ser dado uso diferente daquele a que se destina (instalação e funcionamento das valências).

3.2.3 Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

Investimentos em subsidiárias

As participações financeiras em subsidiárias em que a APPACDM exerce o controlo direto e indireto são registadas pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que a APPACDM assume o controlo sobre as suas atividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando a APPACDM detém mais de metade dos direitos de voto ou quando detém o poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma Entidade, ou de uma atividade económica, a fim de obter benefícios da mesma, mesmo que a percentagem que detém seja inferior a 50%.

A mensuração dos investimentos em subsidiárias nas demonstrações financeiras é efetuada de acordo com o método de equivalência patrimonial, exceto se existirem restrições severas e duradouras que prejudiquem significativamente a capacidade de transferência de fundos para a empresa detentora, caso em que é usado o método de custo.

Método da Equivalência Patrimonial

A contabilização pelo método de equivalência patrimonial é efetuada a partir da data em que a entidade se torna uma Subsidiária. O investimento numa entidade é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do investidor nos resultados da investida depois da data de aquisição.

A diferença apurada aquando da aquisição do investimento, entre o custo do investimento e a parte da APPACDM no justo valor líquido dos ativos e passivos identificáveis da associada/ subsidiária é considerada como goodwill. Isto é, o Goodwill representa o excesso do custo de aquisição/concentração de atividades acima do interesse da adquirente no justo valor líquido dos ativos e passivos da adquirida.

O Goodwill resultante de participações financeiras é incluído na quantia escriturada do investimento.

O Goodwill, é amortizado durante a sua vida útil, ou em 10 anos, caso a sua vida útil não possa ser estimada com fiabilidade. Além disso o Goodwill é testado quanto a imparidade se houver indícios de imparidades.

Após a data de aquisição, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do APPACDM nos resultados e capitais próprios da subsidiária

Se a parte da APPACDM nas perdas da subsidiária igualar ou exceder o seu interesse na subsidiária, as perdas adicionais são tidas em conta mediante o reconhecimento de um passivo, somente na medida em que o investidor tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas, o qual se encontra registado na rubrica de provisões.

3.2.4 Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

A fórmula de custeio utilizado para as saídas de armazém é o custo médio ponderado.

3.2.5 Clientes e Outros Créditos a Receber

Os clientes e outros créditos a receber são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor, que corresponde ao seu valor nominal, sendo posteriormente mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As perdas por imparidade são registadas com base na avaliação regular da existência da evidencia objetiva de imparidade associada aos créditos de cobrança duvidosa na data do balanço. As perdas por imparidade

identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

3.2.6 Estado e Outros Entes Públicos

A Associação encontra-se isenta de IRC, exceto quanto aos rendimentos obtidos e aos correspondentes gastos se incorridos fora do objeto social, que é o caso do projeto Flores da Arrábida. No ano de 2023, este projeto apurou um resultado líquido negativo no montante de 65.143,49€.

Essencialmente, o valor desta rubrica, no Ativo, respeita a 50% do valor dos reembolsos de iva solicitados de acordo com regimes previstos nos Decretos-Lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, n.º 113/90, de 5 abril e n.º 84/2017 de 21 de julho.

3.2.7 Caixa e Equivalentes de Caixa

A caixa e seus equivalentes englobam o dinheiro em caixa, em depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo.

Os descobertos bancários, caso existam, são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Financiamentos Obtidos, e são considerados, na elaboração da demonstração de fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.2.8 Subsídios do Governo e Doações

Subsídios ao Investimento

Os subsídios do Governo não reembolsáveis, relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis, são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e, subsequentemente quanto aos que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e intangíveis, imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem (depreciações e amortizações). Quanto aos que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables, são mantidos nos Fundos Patrimoniais, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Subsídios à Exploração

Os subsídios obtidos no âmbito da execução de projetos e dos acordos cooperação são registados na rubrica da Demonstração de Resultados “Subsídios à Exploração” na parte correspondente à percentagem de financiamento dos gastos incorridos durante o exercício em cada projeto independentemente do momento do recebimento dos subsídios, registando-se no passivo, os adiantamentos, e no ativo, os montantes a receber.

Um subsídio não é reconhecido, até que haja segurança razoável de que a APPACDM cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido, o que sucede após a assinatura do contrato ou na homologação do valor do subsídio pelas entidades financiadoras.

3.2.9 Reconhecimento dos rendimentos / gastos

Os gastos e os rendimentos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. No final do ano são efetuadas estimativas para os montantes não reconhecidos, que repõem na demonstração os valores respeitantes às responsabilidades/recebimentos que dizem respeito ao exercício em causa.

O rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber.

A APPADCM reconhece o rendimento das quotas dos sócios no momento do recebimento, exceto se estes forem referentes ao pagamento de quotas de períodos subsequentes, situação em que tais montantes são registados no balanço e reconhecidos em resultados no período respetivo.

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestações de serviços líquidos de impostos sobre o valor acrescentado, abatimentos e descontos.

3.2.10 Gastos/ Rendimentos de Financiamentos

Os gastos/rendimentos de financiamentos incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas e rendimentos e gastos similares obtidos e suportados.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

3.2.11 Acontecimentos após a data do Balanço

As demonstrações financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 22/03/2024, data em que foram aprovadas as contas pela Direção da Associação conforme referido na nota 2.

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem materiais.

3.2.12 Imparidades

Em cada data de balanço é efetuada uma avaliação de existência de evidencia objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros e sempre que possa ser medido de forma fiável.

Para os ativos financeiros que apresentam indicadores de imparidade, é determinado o respetivo valor recuperável, sendo as perdas de imparidade registadas por contrapartida de resultados.

3.3 PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As NCFR-ESNL requerem que sejam efetuadas estimativas e julgamentos no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no valor do Ativo, Passivo, Fundos Patrimoniais, Gastos e Rendimentos.

As principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação poderá afetar os resultados e a sua divulgação. Uma descrição detalhada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada na nota 3.2.

Provisões

A quantia reconhecida como uma provisão é a melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2023, a Associação não tinha qualquer processo judicial em curso que justifique o reconhecimento de uma provisão ou passivo contingente.

Imparidades de ativos não correntes

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que o seu valor líquido poderá não ser realizável.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de caixa e depósitos bancários é constituída pelos seguintes saldos:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	19.687,46	15.841,91
Depósitos à Ordem	2.160.738,41	2.769.896,47
Outros Instrumentos Financeiros	700.000,00	700.000,00
Caixa e Depósitos Bancários	2.880.425,87	3.485.738,38

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Fixos Tangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. / Regulariz.	Abates	Saldo Final
VALOR BRUTO						
Ativos Fixos Tangíveis						
Terrenos e Recursos Naturais	182.917,79	124.219,00				307.136,79
Edifícios O. Construções	4.760.713,24	372.657,00				5.133.370,24
Equipamento Básico	337.953,50	35.070,38				373.023,88
Equipamento Transporte	489.870,28	249.349,40				739.219,68
Equipamento administrativo	387.565,10	10.337,35				397.902,45
Equipamento biológico	4.550,00					4.550,00
Outros Ativos Fixos	6.495,74					6.495,74
Total Ativo Fixo Tang. Bruto	6.170.065,65	791.633,13	0,00	0,00	0,00	6.961.698,78
DEPRECIACÕES						
Ativos Fixos Tangíveis						
Edifícios O. Construções	1.984.597,07	100.307,39				2.084.904,46
Equipamento Básico	308.247,13	7.566,82				315.813,95
Equipamento Transporte	437.183,63	51.542,16				488.725,79
Equipamento administrativo	381.560,11	3.789,08				385.349,19
Equipamento biológico	1.469,21	568,75				2.037,96
Outros Ativos Fixos	6.382,53	113,21				6.495,74
Total das Depreciações	3.119.439,68	163.887,41	0,00	0,00	0,00	3.283.327,09
Investimentos em curso	97.506,94	10.254,20	0,00	0,00	0,00	107.761,14
Total Ativo Fixo Tang. Líquido	3.148.132,91	637.999,92	0,00	0,00	0,00	3.786.132,83

Em 2023 a Entidade concretizou a compra do imóvel pelo montante de 496.876,00 euros, que em 2022 tinha sinalizado através da celebração de um contrato-promessa.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Apresentamos de seguida os movimentos ocorridos no exercício nas rubricas dos Ativos Intangíveis e respetivas rubricas de depreciações.

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transfer. / Regulariz.	Abates	Saldo Final
Ativos Intangíveis						
Direitos de superfície	163.750,00					163.750,00
Programas Computador	17.330,19					17.330,19
Total Ativo Intangível Bruto	181.080,19					181.080,19
DEPRECIACÕES						
Direitos de superfície	19.450,00	3.275,00				22.725,00
Programas Computador	17.289,77	40,42				17.330,19
Total das Depreciações	36.739,77	3.315,42				40.055,19
Total Ativo Intangível	144.340,42	3.315,42				141.025,00

7. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Esta rubrica é constituída pela contribuição para o Fundo de Compensação do Trabalho que em 2023 teve um incremento de 11.655,57€ e reembolsos de 12.514,37€ e pelas participações financeiras em subsidiárias, tal como se apresenta:

Empresas Subsidiárias	Sede	Capital Social	% Capital Detido	Área de Negócio	Área Geográfica
Orquídia da Arrábida, Lda.	Setúbal	500,00 €	99,8%	Plantação e manutenção jardins	Setúbal

Empresas Subsidiárias	Sede	%	Valores Balanço 31-dez-23
Orquídia da Arrábida, Lda.	Setúbal	99,8%	2.077,86

Em 31 de dezembro de 2023, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras desta empresa sujeita à regra do MEP podem ser resumidos da seguinte forma:

Entidade	%	Valor	MEP	MEP	MEP	Valor Final
		Transitado	Ajustam	Resultados	Total	
Orquídia da Arrábida, Lda	99,8%	0,00	0,00	1.578,86	1.578,86	1.578,86

Ganhos	1.578,86
Perdas	0,00
Total	1.578,86

A aplicação do método equivalência patrimonial – MEP – em 2023, originou um ganho de 1.578,86 euros.

8. INVENTÁRIOS

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Existências Iniciais	10.664,35	9.474,65
Compras	112.780,82	49.407,32
Regularizações Existências	0,00	0,00
Existências Finais	10.450,57	10.664,35
Custo Mercadorias Vendidas e das Mat. Consumidas	112.994,60	48.217,62

O valor de Inventário corresponde às existências finais em cada uma das valências da Instituição.

9. CLIENTES

Rubricas	31/12/2023		31/12/2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Clientes Gerais	57.126,37	-	13.657,10	-
Utentes	36.804,44	-	20.437,76	-
Clientes e Utentes Cob. Duvidosa	28.463,86	-	28.463,86	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	(28.463,86)	-	(28.463,86)	-
Saldo	93.930,81	-	34.094,86	-

10. OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Rubricas	31/12/2023		31/12/2022	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Outros Instrumentos Financeiros	106.950,72		96.592,01	
Outras Contas a Receber	408.328,34	-	209.039,23	-
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	-	0,00	-
Saldo	515.279,06	-	305.631,24	-

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Quanto à rubrica Estado e Outros Entes Públicos, é composta como se segue:

ATIVOS	31/12/2023	31/12/2022
Pagamentos por conta	0,00	0,00
Retenção s/ Rendimentos Capitais	1.212,50	150,00
Reembolsos Pedidos Iva	6.277,47	2.637,37
Impostos a receber	7.489,97	2.787,37
PASSIVOS		
Irc estimado	0,00	0,00
Retenções de IRS Trab. dependente	0,00	16.206,87
Retenções de IRS Trab. Independente	448,38	433,38
Iva	9.957,12	4.200,51
FCT/FGCT	0,00	1.180,80
Contribuições para a Seg. Social	0,00	69.391,37
Outros Tributaçãoes	55,37	0,00
Impostos a pagar	10.460,87	91.412,93

12. FUNDOS PATRIMONIAIS

O movimento ocorrido nas rubricas de Fundos Patrimoniais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi como segue:

Descrição	Notas	Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var. Fundos Patrimoniais	Resultado Liq. Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 889 585,21	1 134 583,62	318 346,91	6 144 532,33
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsídio de investimento	12				-55 079,47		-55 079,47
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00	0,00		0,00
Doações	12				8 000,01		8 000,01
Aplicação do resultado do ano anterior	12			318 346,91		-318 346,91	0,00
				318 346,91	-47 079,46	-318 346,91	-47 079,46
Resultado Líquido do Período						390 407,94	390 407,94
Resultado Integral							343 328,48
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	3 207 932,12	1 087 504,16	390 407,94	6 487 860,81

Os subsídios ao investimento atribuídos à APPACDM são reconhecidos em “Outras Variações nos Fundos Patrimoniais” e posteriormente reconhecidos em rendimentos na proporção da depreciação/amortização dos ativos subsidiados.

13. FORNECEDORES

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Passivos Correntes		
Fornecedores		
Fornecedores Nacionais	64.711,70	46.581,83
Fornecedores Faturas Receção e Conferencia	3.456,38	3.456,38
	68.168,08	50.038,21

Os montantes apresentados são classificados como passivos correntes.

14. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Esta rubrica engloba os seguintes montantes:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Passivos Correntes		
Outras Contas a Pagar		
Remunerações a pagar ao pessoal	2.745,16	2.544,74
Credores por acréscimos	578.718,73	522.943,04
Outros devedores e credores	250.674,57	385.375,53
	832.138,46	910.863,31

15. DIFERIMENTOS

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Gastos a reconhecer:		
Seguros	27.571,75	23.425,36
Total Gastos a Reconhecer	27.571,75	23.425,36
Rendimentos a Reconhecer:		
Outros Rendimentos a Reconhecer	711,20	2.200,29
Comparticipação Extraordinária SS 2024	46.457,14	0,00
CAVI Proporcional de 2024	61.960,54	0,00
Total dos Rendimentos a Reconhecer	109.128,88	2.200,29

16. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Vendas	22.478,39	20.880,97
Quotas	5.118,00	8.232,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	2.428,30	1.394,46
Mensalidades	404.564,03	387.186,16
Prestações de Serviços	112.463,89	181.622,40
	547.052,61	599.315,99

17. SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
ISS	2.879.390,79	2.437.361,69
IEFP	439.489,64	403.255,07
DREL	502.383,03	496.353,23
ACM (Projeto Escolhas)	47.369,77	44.415,38
AML (Projeto CAVI- até setembro)	425.139,85	551.367,46
INR	5.324,11	11.239,41
Autarquias	30.092,00	39.132,00
Outras Entidades	252.124,83	121.579,99
	4.581.314,02	4.104.704,23

Os subsídios à exploração (quer os recebidos do IEFP, quer os recebidos do ACM e AML) foram reconhecidos de acordo com o regime do acréscimo.

18. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Subcontratos	130.545,51	136.930,34
Serviços especializados	247.132,02	173.754,48
Materiais	56.533,15	37.548,88
Energia e Fluidos	125.081,96	132.609,26
Deslocações Estadas e Transportes	18.328,14	21.691,44
Serviços Diversos	86.629,17	73.762,26
TOTAL	664.249,95	576.296,66

19. GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos Gastos com o Pessoal nos exercícios findos em 2023 e 2022 foi a seguinte:

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Remunerações do Pessoal	3.129.089,16	2.999.386,08
Encargos sobre Remunerações	635.035,39	600.945,83
Seg. Acidentes Trabalho	33.202,13	38.635,60
Outros Gastos com o Pessoal	9.773,62	10.561,97
TOTAL	3.807.100,30	3.649.529,48

O número médio de colaboradores ao serviço da APPACDM no ano de 2023 foi de 244 e em 2022 foi de 236.

Os órgãos sociais da APPACDM não auferiram qualquer remuneração.

20. AUMENTOS/REDUÇÕES DE JUSTO VALOR

O valor de 10.358,71€ reflete o ajustamento nos Outros Instrumentos Financeiros à data de 31/12/2023.

21. OUTROS RENDIMENTOS

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos suplementares	60.076,74	68.316,09
Descontos pronto pagamento obtidos	0,03	0,00
Rendimentos Inv. Não Financeiros	5.306,34	7.609,90
Correções relativas a períodos anteriores	867,96	19.888,25
Imputação de subsídios para investimentos	55.079,47	53.734,27
Restituição impostos	472,94	0,00
Outros não especificados	31.466,67	37.108,27
Juros obtidos	10.427,83	1.178,42
	<u>163.697,98</u>	<u>187.835,20</u>

22. OUTROS GASTOS

Rubricas	31/12/2023	31/12/2022
Impostos	6.831,92	8.336,56
Perdas em inventários	1.052,21	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	6.166,11	11.002,97
Quotizações	137,00	1.717,00
Outros custos não especificados	147.859,32	121.248,94
	<u>162.046,56</u>	<u>142.305,47</u>

A Rubrica “Outros custos não especificados” inclui gastos com bolsas, subsídio de transporte e subsídio de alimentação dos utentes do CRP e bolsas dos contratos de emprego apoiado.

23. GARANTIAS E AVALES

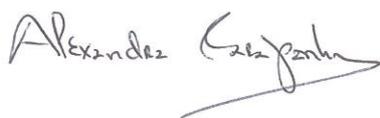
A APPACDM não prestou qualquer garantia ou aval.

24. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes com impacto nas demonstrações financeiras com referência a 31/12/2023.

Setúbal, 22 de março de 2024

O Contabilista Certificado



A Direção



APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO
PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO
CIDADÃO DEFICIENTE/MENTAL
N.I.P.C.: 504 646 869
Rua Fialho de Almeida Nº 8 e 8A
2910 - 493 SETÚBAL
Telef.: 265 013 277 - Tlm.: 910 782 543

Entidade: APPACDM de Setubal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Data de referencia: Contas anuais 2023

Demonstração financeira: Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2022

Descrição	Notas	Euros					
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 600 543,78	1 163 317,89	289 041,43	5 854 919,69
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsidio de investimento	12				-53 734,27		-53 734,27
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00	25 000,00		25 000,00
Doações	12				0,00		0,00
Aplicação do resultado do ano anterior	12			289 041,43		-289 041,43	0,00
				289 041,43	-28 734,27	-289 041,43	-28 734,27
Resultado Líquido do Período						318 346,91	318 346,91
Resultado Integral							289 612,64
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 889 585,21	1 134 583,62	318 346,91	6 144 532,33

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no Período de 2023

Descrição	Notas	Euros					
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Ajustamentos/Outras Var.Fundos Patrimoniais	Resultado Liq.Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Posição no Início do Período		1 500 000,00	302 016,59	2 889 585,21	1 134 583,62	318 346,91	6 144 532,33
Alterações no Período							
Reconhecimento do subsidio de investimento	12				-55 079,47		-55 079,47
Outras Alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	12			0,00	0,00		0,00
Doações	12				8 000,01		8 000,01
Aplicação do resultado do ano anterior	12			318 346,91		-318 346,91	0,00
				318 346,91	-47 079,46	-318 346,91	-47 079,46
Resultado Líquido do Período						390 407,94	390 407,94
Resultado Integral							343 328,48
Posição no Final do Período		1 500 000,00	302 016,59	3 207 932,12	1 087 504,16	390 407,94	6 487 860,81

O Contabilista Certificado

A Direcção

Alexandre Cruz

Jose Carlos Sabau

APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
 N.I.P.C.: 504 646 869
 Rua Fialho de Almeida Nº 8 e 8A
 2910 - 493 SETÚBAL
 Telef.: 265 013 277 - Tlm.: 910 782 543

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental

Data de referência: Contas anuais 2023

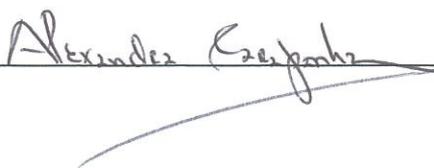
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA
NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023**

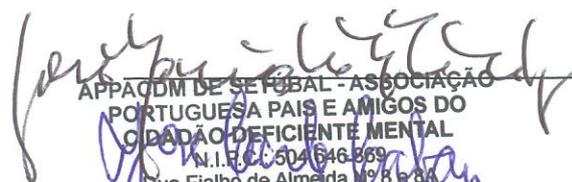
Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		31-dez-23	31-dez-22
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes e Utentes		487.216,66	598.561,84
Pagamentos a Fornecedores		(656.118,70)	(622.600,11)
Pagamentos ao Pessoal		(3.748.874,19)	(3.629.592,82)
Caixa gerada pelas operações		(3.917.776,23)	(3.653.631,09)
Pagamento / Recebimento do Imposto sobre o Rendimento		150,00	187,50
Outros Recebimentos / Pagamentos		4.045.008,77	4.372.199,46
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		127.382,54	718.755,87
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
<u>Pagamentos Respeitantes a:</u>			
Ativos Fixos Tangíveis		(801.887,33)	(79.191,46)
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos Financeiros		(1.219,06)	(5.351,36)
Outros Ativos		0,00	0,00
<u>Recebimentos Provenientes de</u>			
Ativos Fixos Tangíveis		0,00	5.050,00
Investimentos Financeiros		111,95	317,13
Subsídios ao Investimento		0,00	17.500,00
Juros e Rendimentos Similares		4.626,26	556,92
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		(798.368,18)	(61.118,77)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
<u>Recebimentos Provenientes de:</u>			
Doações		65.673,13	30.498,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		65.673,13	30.498,00
Variação de Caixa e seus Equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(605.312,51)	688.135,10
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período		3.485.738,38	2.797.603,28
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	4	2.880.425,87	3.485.738,38

O Contabilista Certificado

A Direção




 APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO
 PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO
 CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
 N.º I.C.C.: 501 646 869
 Rua Fialho de Almeida nº 8 e 8A
 2910 - 493 SETÚBAL
 Telef.: 265 013 277 - Tlm.: 910 782 543

Entidade: APPACDM de Setúbal - Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental
 Data de referência: Contas anuais 2023
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2023		2022	
Vendas e Serviços Prestados	16	547.052,61	599.315,99		
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	17	4.581.314,02	4.104.704,23		
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias	7	1.578,86			
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	8	-112.994,60	-48.217,62		
Fornecimentos e Serviços Externos	18	-664.249,95	-576.296,66		
Gastos com o Pessoal	19	-3.807.100,30	-3.649.529,48		
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	9	0,00	-3.554,84		
Aumentos/Reduções de Justo Valor	20	10.358,71	-15.322,49		
Outros Rendimentos	21	163.697,98	187.835,20		
Outros Gastos	22	-162.046,56	-142.305,47		
Resultado Antes de Depreciações, Gastos de Financiamento e Impostos		557.610,77	456.628,86		
Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização	5 e 6	-167.202,83	-138.281,95		
Resultado Operacional (Antes de Gastos de Financiamento e Impostos)		390.407,94	318.346,91		
Resultado Antes de Impostos		390.407,94	318.346,91		
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00		
Resultado Líquido do Período		390.407,94	318.346,91		

O Contabilista Certificado

A Direção

Alexandre Caspary

António Luís Costa
António Luís Costa
 APPACDM DE SETÚBAL - ASSOCIAÇÃO
 PORTUGUESA PAIS E AMIGOS DO
 CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL
 N.P.C.: 504 646 869
 Rua Fialho de Almeida Nº 8 e 8A
 2910 - 493 SETÚBAL
 Telef.: 265 013 277 - Tlm.: 910 782 543



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reserva

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, I.P.S.S.*, (“Entidade” ou APPACDM), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 7.507.757 euros e um total de fundos patrimoniais de 6.487.861 euros, incluindo um resultado líquido de 390.408 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reserva”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da *Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Setúbal, I.P.S.S.* em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reserva

À data do nosso relatório, encontravam-se em curso vários trabalhos na área do Ativo fixo tangível com vista a suprir algumas das limitações existentes em termos da informação apresentada no cadastro dos ativos, bem como inventariar todos os bens na posse da APPACDM e proceder à respetiva atualização cadastral. Tais trabalhos têm vindo a ser desenvolvidos desde o processo de encerramento das contas de 2018, no entanto, não tendo sido concluídos, o cadastro de ativos da APPACDM ainda não permite efetuar uma verificação inequívoca dos bens de sua propriedade, pelo que não podemos certificar, na sua totalidade, a rubrica de Ativos fixos tangíveis, inscrita no Balanço pelo montante de 3.786.133 euros, bem como concluir sobre a inclusão de todos os bens nas demonstrações financeiras.

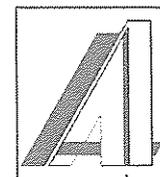
A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da *Ordem dos Revisores Oficiais de Contas*. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reserva.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de



Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;

- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

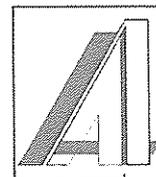
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATÓRIO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2024

Assinado por: **José Duarte Assunção Dias**
Num. de Identificação: 00362136
Data: 2024.03.22 18:10:25+00'00'

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Duarte Assunção Dias
ROC nº 513 registado na CMVM com o nº 20160185